tes do Ministério da Educação Nacional para secretariar os júris.

Art. 4.º Os exames na Academia de Música da Madeira deverão realizar-se nos meses de Julho, Agosto ou Setembro, sem prejuízo dos serviços de exames no Conservatório Nacional.

§ único. Com uma antecedência de, pelo menos, quinze dias, o director do Conservatório Nacional comunicará ao director da Academia de Música da Madeira os dias e horas das diferentes provas e enviará as respectivas pautas, a fim de serem afixadas.

Art. 5.º De entre os vogais de júris o que for professor mais antigo deverá enviar até 10 de Outubro à Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, por intermédio do director do Conservatório Nacional, um relatório que resuma os pareceres de todos os vogais dos júris acerca dos exames realizados na época finda.

Art. 6.º Além dos abonos que por lei pertencem aos funcionários da sua categoria quando em serviço fora da localidade onde exercem as suas funções, cada vogal dos júris tem direito à gratificação de 30\$ por cada serviço de exames e o funcionário de secretaria a que se refere o § único do artigo 3.º tem direito à gratificação de 25\$ por cada dia de serviço de exames.

§ 1.º Os abonos a que se refere este artigo incluem as antecipações para despesas de viagens.

§ 2.º Os abonos e as gratificações descritos neste artigo serão pagos pela Academia de Música da Madeira, em folhas processadas pelo referido funcionário de secretaria, que ulteriormente serão presentes ao visto do director do Conservatório Nacional.

Art. 7.º Para o exercício das funções de director da Academia de Música da Madeira é indispensável a habilitação legalmente exigida para a inscrição como professor particular no Conservatório Nacional, cabendo ao Ministro da Educação Nacional o respectivo reconhecimento, nos termos da legislação em vigor.

§ único. Ao actual director da Academia de Música da Madeira é reconhecido desde já o direito de gerir este estabelecimento de ensino.

Art. 8.º Independentemente do cumprimento das disposições do Decreto n.º 23:447, de 5 de Janeiro de 1934, ao director da Academia de Música da Madeira caberão as seguintes obrigações perante a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes:

1) Enviar até 10 de Outubro de cada ano um relatório, acompanhado de dados estatísticos, acerca da actividade docente e artística daquele estabelecimento durante o ano lectivo anterior;

2) Indicar até 10 de Outubro o programa dos trabalhos e o quadro dos professores para o ano lectivo seguinte;

3) Comunicar no prazo de dez dias as alterações introduzidas durante o ano lectivo no programa dos trabalhos ou no quadro dos professores;

4) Enviar um exemplar de todos os seus prospectos, cartazes, anúncios e outros impressos, dentro do prazo de dez dias, a partir da data da sua publicação.

Art. 9.º Sem embargo da fiscalização exercida nos termos do Decreto n.º 23:447, de 5 de Janeiro de 1934, o Governo reserva o direito de fiscalizar, pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, a actividade pedagógica e artística da Academia de Música da Madeira.

Art. 10.º Todas as dúvidas suscitadas na execução deste decreto serão resolvidas por intermédio da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Junho de 1949. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

Direcção-Geral do Ensino Liceal

Decreto-Lei n.º 37:455

Verificou-se em alguns liceus do País que a frequência escolar não correspondeu durante o ano em curso à expectativa que determinou a fixação do respectivo quadro do pessoal docente e que a alguns professores não pôde ser distribuído todo o serviço obrigatório, com prejuízo para o Estado.

Importa reduzir aqueles quadros.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinto um lugar de professor do 8.º grupo nos Liceus de Chaves, Guimarães e Viana do Castelo.

Art. 2.º É extinto um lugar de professor do 7.º grupo do Liceu de Viana do Castelo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Junho de 1949. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.